



<b>PROCESSO</b>	<b>:</b>	<b>536504/2021</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>:</b>	<b>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>:</b>	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – 3º QUADRIMESTRE/2021</b>
<b>RELATOR</b>	<b>:</b>	<b>CONS. ANTÔNIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO</b>
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	<b>:</b>	<b>WILMA BETIM CORRÊA DA COSTA</b>

**Senhora Secretária,**

O processo em exame refere-se ao acompanhamento simultâneo do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2021, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Destaca-se que devido à pandemia da Covid-19 e o isolamento social que estamos passando, os trabalhos foram realizados em regime de Home Office. A análise foi realizada somente com base nas informações constantes no Relatório de Gestão Fiscal apresentado. Neste trabalho a veracidade dos valores informados deverão ser verificados nas análises durante a fiscalização das Contas Anuais de Gestão exercício 2021.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, exatamente em seu art. 54, estabeleceu que ao final de cada quadrimestre será elaborado pelos gestores dos Poderes e Órgãos Públicos o Relatório de Gestão Fiscal RGF cuja publicação deverá ocorrer até 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre (§ 2º do art. 55 da LRF/2000).

Especificamente, esta análise consiste em verificar o resultado do quociente fiscal entre as variáveis Despesa Total com Pessoal e Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2021, à luz do limite imposto no art. 20, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000.





A realização deste acompanhamento está fundamentada no art. 148, § 4º, inciso I; e no art. 158, inciso II e Parágrafo Único, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, vejamos:

Art. 148. O Tribunal, no exercício de suas atribuições, poderá realizar fiscalizações nos órgãos e entidades sob sua jurisdição, com vistas a verificar a legalidade, a economicidade, a legitimidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade de atos, contratos e fatos administrativos, mediante os seguintes instrumentos:

(...)

§ 4º. Acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I. Examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial;

(...)

Art. 158. O alerta previsto no art. 59, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, será expedido obrigatoriamente quando o Relator verificar: (Nova Redação do caput do artigo 158 dada pela Resolução Normativa nº 32/2012).

(...)

II. Que o montante da despesa total com pessoal e das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia ultrapassou 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

(...)

Parágrafo único. Por ocasião da análise do Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre, será emitido alerta e notificação ao gestor somente em relação ao descumprimento dos limites de gastos com pessoal e de endividamento.

Passa-se à análise do Relatório de Gestão Fiscal da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, referente ao 3º quadrimestre de 2021.

## **1. PUBLICAÇÃO DOS ANEXOS DO RGF – 3º quadrimestre/2021 (art. 55, § 2º, LRF/2000)**





Meio de Divulgação	Local	Quadrimestre	Data	Prazo Legal	Situação
DOE-MT nº 28.173 – página 65	Cuiabá-MT	3º	27/01/2022	30/01/2022	No prazo

Conforme Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição nº 28.173/2022 o RGF do 3º quadrimestre/2021 foi publicado em 27/01/2022, observando o prazo legal disposto no §2º, art. 55, da LC nº 101/2000.

Em pesquisa realizada no site da Assembleia do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência, no endereço <http://diariooficial.al.mt.gov.br/publicacoes/?exd=&std=&end=&q=Gest%C3%A3o+fiscal>

<http://diariooficial.al.mt.gov.br/publicacoes/12031/>, houve a disponibilização desse relatório comprovando o atendimento referente à LRF/ ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico matéria tipificada no art. 48, LRF/2000 e na Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 (LAI).

O Relatório de Gestão Fiscal foi encaminhado a este Tribunal de Contas via sistema Aplic Auditor (módulo estadual/ LRF -Lei de Responsabilidade Fiscal/ Documentos e Publicações) na data de 31/01/2022, portanto dentro do prazo estabelecido no inciso II do artigo 166 da Resolução 14/2007 e inciso V do artigo 5º da resolução nº 18/2018.

No conteúdo do relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre da Assembleia do Estado de Mato Grosso, a despesa com pessoal apresenta-se nos seguintes termos:

## **2. DESPESA COM PESSOAL (art. 20, inciso II, “a” LRF/00)**





DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>333.513.147,15</b>	
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>211.087.781,37</b>	
Vencimentos e Vantagens e Outras Despesas Variáveis	200.518.048,65	
Obrigações Patronais	10.569.732,72	
Benefícios Previdenciários	0,00	
<b>Pessoal Inativo e Pensionista FAP</b>	<b>17.902.312,93</b>	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	
Pensões	17.902.312,93	
<b>Pessoal Inativo e Pensionista ISSSPL - TOTAL</b>	<b>104.523.052,85</b>	
<b>Pessoal Inativo e Pensionista ISSSPL (80%)</b>	<b>83.618.442,22</b>	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	68.996.457,74	
Pensões	14.621.984,48	
<b>Pessoal Inativo e Pensionista ISSSPL (20% -Termo de Cooperação/SEGES)</b>	<b>20.904.610,63</b>	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	17.249.114,43	
Pensões	3.655.496,20	
Outras desp. Pessoal dec. Contratos terceirização ou contratação indireta (§1º art.18 LRF)	0,00	
Despesa com Pessoal não executada Orçamentária	0,00	
<b>DEPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º DO ART. 19 da LRF) (II)</b>	<b>62.338.158,54</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.358.883,63	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período anterior ao da apuração	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados FAP	17.902.312,93	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ISSSPL	38.076.961,98	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>271.174.988,61</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ESTADO – RCL (IV)	24.602.405.666,36	-
(-) Transf. Obrigatórias da União – Emendas individuais	8.339.854,20	-
(-) Transf. Obrigatórias da União – Emendas de bancada	110.336.180,01	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	24.483.729.632,15	-
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100</b>	<b>271.174.988,61</b>	<b>1,11</b>
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	433.362.014,49	1,77
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	411.693.913,76	1,68





LIMITE DE ALERTA (XI) = $(0,90 \times IX)$ (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	390.025.813,04	1,59
--	----------------	------

Analisado o demonstrativo, constata-se que a despesa com pessoal da Assembleia Legislativa de Mato Grosso calculada no período de setembro de 2021 a dezembro de 2021 foi no montante de R\$ 271.174.988,61 equivalendo a 1,11% da Receita Corrente Líquida Ajustada do Estado de R\$ 24.483.729.632,15 segundo dados do Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária Receita Corrente Líquida disponibilizado no *site* da Secretária de Estado de Fazenda ([www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br)>Transparência>Sefaz>Relatório de Gestão Fiscal). Portanto, o total gasto com pagamento de pessoal da Assembleia Legislativa de Mato Grosso observou os limites máximos de 1,77% (art. 20, II, a, da LRF); prudencial de 1,68% (parágrafo único, art. 22, da LRF) e de alerta de 1,59% (art. 59, § 1º, II, da LRF).

Destaca-se que o mérito das despesas declaradas no presente Relatório de Gestão Fiscal, será oportunamente verificado quando ocorrer o exame das contas anuais de gestão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do exercício de 2021.

### 3. CONCLUSÃO

Do exposto, considerando que os dados registrados no Demonstrativo da Despesa com Pessoal comprovam que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, não motivando a emissão de alerta por este Tribunal, sugere-se o envio dos autos ao Conselheiro Relator para deliberação e ainda, que os autos retornem a esta Secex para subsidiar a análise do acompanhamento simultâneo do exercício de 2021 da Assembleia Legislativa.





**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**

Telefones: (65) 3613-2999 / 3324-4315

e-mail: [secex-estadual@tce.mt.gov.br](mailto:secex-estadual@tce.mt.gov.br)

É a informação que se submete à apreciação superior.

Secretaria de Controle Externo de Administração Estadual do Tribunal de Contas  
do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 16 de fevereiro de 2022.

**WILMA BETIM CORRÊA DA COSTA**  
**TÉCNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO**

